



Recebido em: 21/10/2024

Aceito em: 11/12/2024

Como citar: Lacerda, L. F. B.; Medeiros, C. P.; Schmidt, B.; Temb , M. D. A.; Noal, D. S. & Tenetehar, K. (2024). Apoio psicossocial a povos indígenas em desastres e emergências em saúde pública. PSI UNISC, 8(3), 29-46. doi: 10.17058/psiunisc.v8i3.19970

Tipo de Artigo: Estudo teórico

Editora responsável: Dra. Leticia Lorenzoni Lasta e Dra. Cristiane Davina Redin Freitas

## **Apoio psicossocial a povos indígenas em desastres e emergências em saúde pública<sup>1</sup>**

## **Apoyo psicossocial a pueblos indígenas en desastres y emergencias en salud pública**

## **Psychosocial support for indigenous people in disasters and public health emergencies**

---

### **Luiz Felipe Barboza Lacerda**

*Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife – PE/Brasil*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1796-2893>

E-mail: [olma@jesuitasbrasil.org.br](mailto:olma@jesuitasbrasil.org.br)

### **Camila Pinheiro Medeiros**

*Consultora da Força Nacional do Sistema  nico de Saúde, Ministério da Saúde, Brasília – DF/Brasil*

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3256-5473>

E-mail: [camilapmed@gmail.com](mailto:camilapmed@gmail.com)

### **Beatriz Schmidt**

*Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Programa de Pós-Gradua o em Psicologia, Rio Grande – RS/Brasil*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2907-2297>

E-mail: [psi.beatriz@gmail.com](mailto:psi.beatriz@gmail.com)

### **Míriam Dantas de Almeida Temb **

*Articula o Brasileira de Psicólogos Indígenas (ABPSI), Belém – PA/Brasil*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2665-725X>

E-mail: [miriamtembe@gmail.com](mailto:miriamtembe@gmail.com)

### **Débora da Silva Noal**

*Especialista de Referência para a Força Nacional do Sistema  nico de Saúde, Ministério da Saúde, Brasília –*

*DF/Brasil*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3970-6783>

E-mail: [noaldebora@gmail.com](mailto:noaldebora@gmail.com)

### **Kwarahy Tenetehar**

*Associa o Multi tnica Wika Kwara, Belém – PA/Brasil*

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2063-3582>

E-mail: [kwarahyt@gmail.com](mailto:kwarahyt@gmail.com)

---

<sup>1</sup> Os autores declaram que esta contribui o   original e inédita. Desse modo, assegura-se que a obra não foi publicada em outro periódico científico.

## RESUMO

Com o aumento de eventos extremos desencadeados por mudanças climáticas, mostra-se relevante compreender como as políticas públicas focadas em respostas a desastres e emergências em saúde pública propõem a atuação com populações específicas, dentro dos territórios afetados. O objetivo do presente estudo é apresentar categorias centrais para uma abordagem adequada de apoio psicossocial a povos indígenas em desastres e emergências em saúde pública. Para tanto, realizou-se uma análise crítica da literatura científica, articulando os achados com preconizações de políticas públicas vigentes no Brasil, em diálogo com produções de lideranças indígenas de renome internacional e, também, com vivências práticas dos autores junto a comunidades originárias e povos tradicionais, e/ou no contexto de eventos extremos. Dentre as categorias a serem consideradas na formulação de estratégias de apoio psicossocial a populações indígenas afetadas por desastres e emergências em saúde pública, foram destacadas: Diversidade de compreensões sobre os fenômenos; Comunicação intercultural; Respeito aos mais velhos; Corpo-território; Identidade e elaboração coletiva da situação potencialmente traumática; A cidade como território indígena; Respeito à organização social; Uma ciência e uma medicina própria; O luto e a centralidade da espiritualidade. Adicionalmente, foram sumarizadas recomendações a gestores e profissionais da Rede de Atenção Psicossocial, visando à promoção do Bem-Viver em eventos extremos, com a garantia dos princípios de universalidade, integralidade e equanimidade, preconizados pelo Sistema Único de Saúde.

**Palavras-chave:** povos indígenas; saúde mental em grupos étnicos; emergências; desastres; intervenção psicossocial.

## RESUMEN

Con el aumento de eventos extremos desencadenados por el cambio climático, es importante comprender cómo las políticas públicas centradas en las respuestas a desastres y emergencias en salud pública proponen la actuación con poblaciones específicas dentro de los territorios afectados. El objetivo de este estudio es presentar categorías centrales para un enfoque adecuado de apoyo psicossocial a los pueblos indígenas en desastres y emergencias en salud pública. Para ello, se realizó un análisis crítico de la literatura científica, articulando los hallazgos con las recomendaciones de las políticas públicas vigentes en Brasil, en diálogo con las producciones de liderazgos indígenas de renombre internacional y, también, con las experiencias prácticas de los autores con comunidades originarias y pueblos tradicionales, y/o en el contexto de eventos extremos. Entre las categorías a tener en cuenta en la formulación de estrategias de apoyo psicossocial a poblaciones indígenas afectadas por desastres y emergencias en salud pública, fueron destacados: Diversidad de comprensiones sobre los fenómenos; Comunicación intercultural; Respeto por los ancianos; Cuerpo-territorio; Identidad y elaboración colectiva de la situación potencialmente traumática; La ciudad como territorio indígena; Respeto por la organización social; Una ciencia y una medicina propias; El duelo y la centralidad de la espiritualidad. Adicionalmente, fueron resumidas recomendaciones para gestores y profesionales de la Red Brasileña de Atención Psicossocial, apuntando a la promoción del *Buen Vivir* en eventos extremos, con la garantía de los principios de universalidad, integralidad y ecuanimidad, preconizados por el Sistema Único de Salud.

**Palabras-clave:** pueblos indígenas; salud mental en grupos étnicos; emergencias; desastres; intervención psicossocial.

## ABSTRACT

With the increase in extreme events triggered by climate change, it is crucial to understand how public policies focused on responding to disasters and public health emergencies propose actions with specific populations within the affected territories. The aim of the current study is to present central categories for an appropriate approach to psychosocial support for indigenous peoples in disasters and public health emergencies. To this end, we conducted a critical analysis of the scientific and technical literature on the subject, integrating these findings to recommendations from public policies in force in Brazil. Moreover, we discussed these aspects together considering perspectives from internationally renowned indigenous leaders, as well as from our professional experiences with native communities and traditional peoples, and/or in the context of extreme events. Among the categories to be considered in the construction of psychosocial support strategies for indigenous populations affected by disasters and public health emergencies, the following were highlighted: Diversity of understandings about the phenomena; Intercultural communication; Respect for the elderly; Body-territory; Collective identity and processing of the potentially traumatic situation; The city is an indigenous territory; Respect for social organization; A science and a medicine of its own; Grief and the centrality of spirituality. Additionally, a summary of recommendations was made for managers and professionals of the Brazilian Psychosocial Care Network, aiming at promoting *Buen Vivir* in the context of extreme events, guaranteeing the principles of universality, integrality and equanimity, supported by the Unified Health System.

**Keywords:** indigenous people; mental health in ethnic groups; emergencies; disasters; psychosocial intervention.

## Introdução

A Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) reconhece a diversidade étnica e os direitos indígenas em diferentes áreas, na perspectiva da garantia da cidadania, do direito à diferença e à autodeterminação, superando ideários assimilacionistas e evolucionistas, segundo os quais os povos originários seriam remanescentes de um suposto passado civilizacional e se integrariam às sociedades “envolventes”, deixando gradualmente de serem indígenas. Esses aspectos dialogam diretamente com os preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS), com base na universalidade da assistência à saúde pública e gratuita, de forma equânime, a todas as pessoas em território brasileiro, considerando as particularidades dos contextos familiar, comunitário, social e cultural (Noal et al., 2024).

Desastres e emergências em saúde pública (ESP) têm se tornado mais recorrentes em todo o mundo (United Nations Office for Disaster Risk Reduction [UNDRR], 2023). Não obstante, eventos extremos afetam desproporcionalmente populações que vivem em condições mais vulnerabilizadas, por aspectos relacionados à desigualdade e à exclusão, a exemplo de povos originários (Guimarães, 2022; Middleton et al., 2020; Noal et al., 2024). Planejar uma estratégia de apoio psicossocial em desastres e ESP juntamente a populações indígenas não é tarefa simples. Nesse sentido, de antemão, é fundamental reconhecer que essas comunidades vivem em um

contexto socioeconômico de grandes ameaças, o qual fragiliza suas capacidades de agenciamento e resposta, sobretudo porque desastres e ESP acentuam o espectro do sofrimento já existente (Noal & Rabelo, 2022).

O apoio psicossocial em eventos extremos deve ser planejado no escopo do Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (SasiSUS), gerido pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde. Atualmente, o SasiSUS está organizado em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), que são as unidades gestoras mais próximas das comunidades, em todo o território brasileiro, com o objetivo central de ofertar Atenção Primária à Saúde (APS) e saneamento básico às populações indígenas, bem como articular o acesso a todos os níveis de atenção da rede de ações e serviços que compõem o SUS. Nos territórios indígenas, os DSEIs estão presentes por meio dos Polos Base (PB), que são as unidades de referência para a APS, para onde são direcionados os casos de maior complexidade, quando a capacidade de resposta pelas Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSIs), presentes nas comunidades, é extrapolada. Nos casos em que se faz necessário o atendimento em nível secundário ou terciário, ocorre o encaminhamento aos serviços especializados do SUS. Como esses serviços são oferecidos fora dos Territórios Indígenas, as Casas de Apoio à Saúde Indígena (CASAI) são fundamentais para acolher os usuários ao longo do tratamento. No Brasil, há 297 PBs, 717 UBSIs e 55 CASAI (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2022).

O SasiSUS é regulamentado pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), que se pauta na noção de uma “atenção diferenciada”, com o objetivo de assegurar o acesso à saúde de forma integral às populações indígenas, em conformidade com os princípios do SUS, na perspectiva do reconhecimento da eficácia de sua medicina, da diversidade e do direito dessas populações à sua cultura (Fundação Oswaldo Cruz [Fiocruz], 2020; Noal et al., 2024). Contudo, a participação e a incorporação efetiva de saberes e demais contribuições dos povos originários em linhas de apoio e demais práticas implementadas pelo SUS, no âmbito da atenção psicossocial, ainda é incipiente e insatisfatória, lamentavelmente, o que inclui também ações e políticas públicas voltadas ao enfrentamento de desastres e ESP (Lacerda & Freitas, 2024).

Diante do exposto, o objetivo do presente estudo é apresentar categorias centrais para uma abordagem adequada de apoio psicossocial a povos indígenas em situações de desastres e ESP. Para tanto, serão analisadas estratégias e atitudes que possibilitem a aplicação das diretrizes evocadas nas políticas públicas frente aos eventos extremos, na perspectiva de garantia da escuta qualificada e da abordagem equânime às demandas dessas populações, levando em conta suas culturas, práticas e saberes.

## Metodologia

Trata-se de um estudo teórico, que envolve a análise crítica sobre a literatura científica e técnica referente ao apoio psicossocial a povos indígenas em situações de desastres e ESP. Para tanto, são abordados os achados de pesquisas sobre a temática, articulados com as preconizações de políticas públicas vigentes no Brasil. Adicionalmente, esses materiais são colocados em diálogo com produções de lideranças indígenas de renome internacional, que se destacam por um olhar não antropocêntrico na compreensão dos fenômenos em questão. Assim, a análise crítica integra produções diversas, tais como estudos empíricos, relatos de experiência, legislações, referenciais teórico-técnicos e orientativos da prática profissional. Esses materiais foram acessados sobretudo por meio de bases de dados e portais de pesquisa (ex., Science Direct, PubMed, SciELO e Google Scholar), bem como em sites de organizações ligadas à área da saúde, a povos indígenas e a desastres e ESP (ex., Ministério da Saúde, Fiocruz, CFP, Ministério dos Povos Indígenas, Observatório Nacional de Justiça Socioambiental [OLMA] e Inter-Agency Standing Committee [IASC]).

Ademais, o presente estudo também é pautado pelas vivências práticas dos autores em trabalhos junto a comunidades originárias e povos tradicionais, e/ou em desastres e ESP. Nesse sentido, a equipe de coautores é interdisciplinar e heterogênea, composta por profissionais e pesquisadores das áreas de Psicologia, Antropologia e Enfermagem, com experiência de atuação em organizações como Força Nacional do SUS, Fiocruz, Médicos sem Fronteiras e OLMA, além de lideranças indígenas. Dessa forma, entende-se que o encontro das diferentes inserções e intersecções da equipe de coautores qualificou as discussões sobre o apoio psicossocial a povos indígenas em situações de desastres e ESP, considerando aspectos teóricos, técnicos e éticos.

Para favorecer a compreensão sobre os diferentes aspectos abordados no presente estudo, a seção de Resultados e Discussão está organizada nas seguintes categorias: Diversidade de compreensões sobre os fenômenos; Comunicação intercultural; Respeito aos mais velhos; Corpo-território; Identidade e elaboração coletiva da situação potencialmente traumática; A cidade como território indígena; Respeito à organização social; Uma ciência e uma medicina própria; O luto e a centralidade da espiritualidade. Ademais, ao final, são apresentadas sumarizadamente algumas recomendações a gestores e profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), visando à promoção do Bem-Viver em situações de desastres e ESP.

## Resultados e Discussão

A consolidação de um cenário social contemporâneo permeado por inúmeras, históricas e estruturantes desigualdades socioambientais faz recair sobre determinadas populações e territórios uma interseccionalidade de vulnerabilidades, expondo-as efetivamente aos riscos iminentes de desastres e ESP (Guimarães, 2022). Esse é o caso dos povos indígenas que, dentro de um processo histórico de violenta colonização, tiveram seus direitos básicos suprimidos, além de parte de sua população e significativa parcela de seus territórios usurpados (Lacerda & Freitas, 2024).

Diante das vulnerabilidades acima expostas e, também, frente à multiplicidade de povos indígenas que habitam o Brasil (a saber, 305 etnias, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2012), em desastres e ESP é necessário garantir o apoio a esses povos, com base em estratégias gerais e específicas que se referem à atenção a populações vulneráveis de forma ampla, seguindo diretrizes internacionais, tais como a resposta focada em promoção de saúde, proteção à dignidade humana, segurança e construção de protagonismo (IASC, 2007) e, também, seguindo os princípios do SUS (acesso universal, equânime e integral), sem com isso deixar de considerar a centralidade das especificidades de cada povo e território (Fiocruz, 2020; Noal et al., 2024).

Nessa direção, cada abordagem deve ser planejada de forma relacional com a cultura e as cosmo percepções daquele povo, no que tange a temáticas como risco, saúde, saúde mental, redes de apoio, abordagens terapêuticas, entre outros (Fiocruz, 2020). Sem um inventário prévio dessas concepções, ou sem a participação efetiva de lideranças e demais referências de determinado povo, pode-se produzir uma abordagem equivocada e ineficiente (Noal et al., 2024).

Frente a isso, é importante salientar que a noção de território é alicerce primordial da perspectiva de saúde das populações indígenas. A Terra e a conexão com o lugar habitado são a base do conceito indígena de Bem-Viver (CFP, 2022). O risco constante e rotineiro de perder a Terra ou de sofrer alterações significativas nos modos de vida, por impactos nos territórios (ex., invasão, desmatamento, construção de empreendimentos ou garimpo, bem como expansão agrícola ou conflitos agrários, dentre outros) é algo que acarreta sérias repercussões à saúde desses povos, do ponto de vista integral, o que inclui a saúde mental<sup>2</sup> (Fiocruz, 2020). As recorrentes situações de

---

<sup>2</sup> Diretriz na área de promoção e vigilância em saúde, que ressalta a importância da segurança fundiária para a promoção de saúde de povos indígenas e tradicionais, é a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, instituída pelo Ministério da Saúde (2013). Essa Política ressalta alguns determinantes sociais da saúde que influenciam diretamente a qualidade de vida desses povos, a saber: desigualdade da estrutura fundiária brasileira; déficit de saneamento para a população rural; doenças endêmicas (ex., malária, febre amarela, doença de Chagas e leishmaniose); e, agravos decorrentes de conflitos agrários e de violências domésticas e sexuais.

insegurança fundiária a que são submetidos os povos originários tendem a se agravar em contextos de desastres e ESP, podendo chegar até a expulsão<sup>3</sup> das comunidades de seus próprios territórios. Sendo assim, as estratégias de apoio psicossocial não podem se descolar do contexto de garantia de direitos constitucionais, ou seja, “não é possível (...) separar o Bem-Viver de uma perspectiva política”, tampouco separar a saúde ou a saúde mental da territorialidade de indivíduos e coletivos (CFP, 2022, p. 77).

Nesse sentido, a noção de territorialidade pauta toda a lógica, estrutura, organização de redes, apoios e atores que uma abordagem psicossocial poderá acionar ou desenvolver no contexto de um desastre ou uma ESP (Lacerda & Freitas, 2024; Lambert & Scott, 2019; Noal et al., 2024). Adicionalmente, deve-se levar em conta que a noção de território atingido por um evento extremo tende a se estender para além da área diretamente afetada. Nessa direção, a dor emocional de um dado grupo étnico costuma ser compartilhada por vários, ainda que distantes do ponto de vista geográfico (Richmond et al., 2005).

Diante do exposto, é possível destacar algumas categorias a serem considerados na formulação de estratégias de apoio psicossocial a populações indígenas em desastres e ESP, a saber:

### **Diversidade de compreensões sobre os fenômenos**

Os povos indígenas têm formas próprias de compreender, viver e processar desastres e perdas, e isso varia de acordo com as características culturais em cada uma das 305 etnias existentes no Brasil, que representam um total de 1.693.535 pessoas, falantes de, no mínimo, 274 línguas distintas (IBGE, 2012; IBGE, 2023). A multiplicidade é definidora dos povos indígenas no Brasil. Portanto, o fato de se conhecer sobre uma etnia não garante o conhecimento sobre outra, e as estratégias de apoio, para além dos protocolos mínimos, devem ser elaboradas em diálogo com as especificidades étnicas (Guimarães, 2022).

### **Comunicação intercultural**

Parte significativa do acolhimento é a escuta, uma escuta de cinco sentidos, que não se restringe exclusivamente à audição. A escuta sensível é um ato de presença e, para ela acontecer junto aos povos indígenas, é necessário se despir de preconceitos e generalizações a respeito desses

---

<sup>3</sup> No caso da ESP da COVID-19, por exemplo, estudos demonstraram que a pandemia afetou de maneira muito contundente os povos indígenas no Brasil, por aspectos como: fragilidades no provimento de insumos básicos e na vacinação; falta de atenção à saúde a indígenas não aldeados, que estão nas cidades; intensificação de atividades ilegais em terras indígenas, como o garimpo, por exemplo, pela diminuição da fiscalização, anteriormente já fragilizada, levando ao aumento da violência no campo e à contaminação de indígenas (Aleixo et al., 2020; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 2020).

povos, sem emissão prévia de valores, ou mesmo buscando um enquadramento médico-centrado de suas falas, o que muitas vezes faz com que aspectos culturais e espirituais sejam interpretados equivocadamente de forma patológica (Noal et al., 2024).

As estruturas ocidentais de saúde podem suscitar medo, vergonha e estranheza. Portanto, a capacidade de se colocar sob o ponto de vista do outro, de empregar com eficiência e humanismo a técnica da empatia, de acolher a possibilidade de que as questões de saúde-doença podem ser assuntos coletivos (e que, portanto, os atendimentos podem não ser da ordem do individual), de conhecer e respeitar os interditos culturais (com relação ao corpo, ao toque e ao olhar, por exemplo) é condição imprescindível para a comunicação intercultural (Langdon & Wiik, 2010; Ramos, 2012). Afora a atenção plena, a escuta intercultural cuidadosa pressupõe que as pessoas são ativas nas linhas de apoio propostas e que, às vezes, a resistência ao atendimento, tratamento ou diálogo pode ser resultado não de desconhecimento ou ignorância, mas de uma tomada de decisão segura decorrente de uma interlocução frágil ou da imposição histórica de processos terapêuticos exógenos a esses povos (Guimarães, 2022).

É necessário, minimamente, conhecer a cosmologia e a cultura daquele povo específico com o qual se está atuando, identificando as principais lideranças, com quem se deve manter diálogo direto, por vezes avaliando a necessidade de mediadores (intérpretes) entre a língua materna e o português (Fiocruz, 2020). O estabelecimento do vínculo e da relação de confiança com os mediadores interculturais também se mostra fundamental, pois a tradução no processo terapêutico é um ato comunicacional complexo, demandando aprendizado mútuo. Ademais, faz-se igualmente necessário compreender representações e práticas sobre saúde-doença, cura, dor e sofrimento, analisando, de modo plural, a possibilidade de coexistência de distintos métodos terapêuticos (Langdon & Wiik, 2010; Ramos, 2012).

Além disso, a comunicação intercultural se abre para o desafio de desestabilização que o “outro” do diálogo pode suscitar sobre as crenças próprias de cada pessoa. Como propõe Ingold (2019), ao “levar os outros a sério”, permitimo-nos não nos refugiar nas fortalezas de nossos próprios conhecimentos e, assim, aprender com outras experiências de vida. A comunicação intercultural profunda, capaz de se lançar ao risco de abalar certezas epistemológicas, é especialmente importante para a formulação de estratégias de Redução de Risco de Desastres (RRD). Estudos vêm demonstrando que se, por um lado, povos originários estão mais vulneráveis a desastres e às mudanças climáticas se comparados a outros grupos, incluindo os efeitos sobre a saúde mental (Guimarães, 2022; Middleton et al., 2020), por outro lado, são eles, em geral, os detentores de conhecimentos tradicionais que favorecem a melhor compreensão sobre as origens, os

riscos e, conseqüentemente, sobre a elaboração de estratégias de preparação e resposta a desastres (Lambert & Scott, 2019). Essa escuta sensível e cuidadosa de povos originários se faz cada vez mais premente, visto que “como nunca, tornou-se evidente que as certezas existenciais sobre as quais foi fundada a era moderna levaram o mundo ao limite (...). E, com o mundo chegando ao limite, não podemos nos dar ao luxo de ignorar sua sabedoria” (Ingold, 2019, p. 11-12).

### **O respeito aos mais velhos**

As culturas indígenas estabelecem uma relação de profundo respeito aos conhecimentos que os anciões e as anciãs acumulam ao longo da vida, de modo que suas palavras tendem a reverberar profundamente dentro da comunidade. Portanto, é recomendável que tais pessoas recebam uma atenção estratégica e, na medida do possível, sintam-se fortalecidas para auxiliar na recomposição física, emocional e espiritual de seu povo (Noal et al., 2024).

### **Corpo-território**

A conectividade desses povos com a Terra é singular e distinta da relação estabelecida pela população não-indígena. Parte significativa das culturas indígenas no Brasil compreende o corpo do indivíduo como uma extensão direta do “corpo da Terra” (Lacerda, 2020; Tuxá, 2022). Estudos sobre povos originários em diversos países reforçam a profunda conexão com o lugar em que habitam por gerações, de modo que a Terra não é somente um meio de subsistência, mas também provê necessidades psicológicas, como o senso de identidade e autovalorização, as relações interpessoais e as práticas culturais (Middleton et al., 2020). Impactos sobre a Terra habitada produzem manifestações em nível individual e coletivo. Portanto, elaborar perdas, materiais ou não, relacionadas aos eventos extremos que produziram forte impacto nos territórios pode se mostrar algo mais profundo, ainda que aparentemente os indivíduos daquela etnia não tenham sido diretamente afetados. Assim, sofre-se por extensão ao sofrimento da Terra, ou mesmo de outros povos que foram atingidos, ainda que distantes.

Essa conexão com a Terra – que pode soar estranha para muitos povos, devido à separação operada por não-indígenas entre Humanidade e Natureza, como se pessoas não fossem parte dela (Krenak, 2020) – é também central para compreendermos o porquê os conhecimentos tradicionais (*indigenous knowledge*) são dos mais habilitados para pensar em estratégias de preparação e resposta a desastres socionaturais (Lambert & Scott, 2019). A incorporação das perspectivas indígenas nas estratégias de RRD se mostra presente, inclusive, no Marco de Sendai 2015-2030 (United Nations, 2015).

## **Identidade e elaboração coletiva da situação potencialmente traumática**

Povos indígenas geralmente têm fortes vínculos comunitários, de modo que diferentes ritos de passagens ao longo da vida são produzidos coletivamente, para auxiliar o conjunto de indivíduos a elaborar determinado fenômeno. Em desastres e ESP, deve-se identificar quais são esses marcadores simbólicos, culturais e espirituais que interligam os componentes daquele coletivo, com vista a reforçar esses aspectos, além de garantir espaços coletivos de processamento das perdas e dos sentimentos decorrentes, por meio da fala, mas também das outras diferentes expressões culturais habituais daquele grupo (Lacerda, 2020; Noal et al., 2024).

## **A cidade como território indígena**

Conforme o Censo Demográfico 2022, da totalidade de indígenas vivendo no país, 36,7% residiam em Terras Indígenas e 63,3% fora delas (IBGE, 2023). Muitas dessas pessoas não falam suas línguas originárias e isso não deve ser um elemento de exclusão para a identificação étnica. É sabido que, historicamente, grande parte das cidades foi construída sobre antigos territórios ocupados pelos povos originários, os quais, pelo processo de colonização, foram aldeados ou expulsos dessas áreas para terras mais longínquas. No contexto atual, um segundo processo migratório dos povos indígenas em direção aos centros urbanos acontece, com o avanço do agronegócio e da grilagem ilegal de terras. Ao chegarem nas cidades, de modo geral, os povos originários se instalam nas periferias, vivendo e sofrendo toda ordem de vulnerabilidades que acometem as populações urbanas de baixa renda. Há um equívoco histórico do Estado brasileiro em não considerar esses processos de migrações e deslocamentos forçados, entendendo como indígenas apenas aqueles em situação de aldeamento e desqualificando o contexto étnico dos que vivem nas cidades. A própria Tese do Marco Temporal (Lei 14.701), considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, baliza-se sobre esse equívoco. A cidade já era antes, e continua sendo, território indígena (Castilho & Castilho, 2023).

## **Respeito à organização social**

Nos casos de deslocamento forçado e alojamento temporário em lugares de acolhida, sempre que possível, é importante manter ou reestabelecer o mais breve possível as formas de organização social daquele povo, seja nas ritualísticas, nos hábitos alimentares, de sono ou higiene pessoal (Fiocruz, 2020). O fortalecimento das instituições comunitárias e das capacidades locais é fundamental para a resiliência a ameaças sicionaturais (Lambert & Scott, 2019) e para o bem-estar das coletividades indígenas (Middleton et al., 2020).

## **Uma ciência e uma medicina própria**

Os povos originários possuem diferentes estratégias de cuidar de danos físicos e emocionais, em si, nos outros seres vivos e na Terra (Guimarães, 2022). Portanto, do mesmo modo como são formuladas práticas centradas nas ciências médicas ocidentais tradicionais, os povos indígenas também estabeleceram suas ciências da saúde, baseadas no saber ancestral e tradicional, há séculos, ancorando concepções locais sobre o corpo, a saúde e as doenças (CFP, 2022). Deve-se, portanto, atentar-se para não impor os saberes alopáticos, medicocentrados e psico-hegemônicos sobre os saberes desses povos, a fim de inibir suas práticas tradicionais, bem como para não restringir as pessoas a seus sofrimentos sob uma perspectiva “agravocêntrica”. Pelo contrário, nos casos de desastres e ESP, deve-se ofertar condições à prática de ciências e medicina tradicionais em harmonia com os demais serviços e cuidados prestados, pois elas são também fatores protetivos (Noal et al., 2024). Para além do olhar da crise, é necessário fortalecer percepções e práticas locais sobre o que fazem as pessoas se sentirem saudáveis (Lacerda, 2020).

## **O luto e a centralidade da espiritualidade**

De modo geral, vivenciar um desastre gera sentimentos de confusão e desterritorialização, de forma que algumas pessoas podem precisar de apoio para compreender e elaborar o que ocorreu (IASC, 2007). Esse apoio pode ser através da fala ou de inúmeras técnicas e ferramentas psicoterapêuticas e, principalmente, fortalecendo estratégias do próprio repertório cultural de determinado povo, algo que só poderá ser acessado por meio de escuta sensível e comunicação intercultural cuidadosa, tal como exposto anteriormente (IASC, 2007; Noal et al., 2024). É importante reforçar que, dado o histórico de violência colonial pelos quais passam desde 1500, os povos indígenas no Brasil desenvolveram diversas ferramentas de enfrentamento coletivo a situações de crise, sendo que qualquer linha de apoio proposta deve advir do diálogo com essas estratégias protetivas<sup>4</sup> (Guimarães, 2022; Noal et al., 2024).

---

<sup>4</sup> No excerto a seguir, retirado do livro “A queda do céu”, o xamã e pensador Davi Kopenawa expõe de forma loquaz as estratégias yanomami (de trabalhar na roça, viajar, fazer amizade, rir, cantar, dançar) diante das violências sofridas pelo contato com não-indígenas ao longo do tempo (grifos nossos): “Somos habitantes da floresta. Nossos ancestrais habitavam as nascentes dos rios muito antes de os meus pais nascerem, e muito antes do nascimento dos antepassados dos brancos. Antigamente, éramos realmente muitos e nossas casas eram muito grandes. Depois, muitos dos nossos morreram quando chegaram esses forasteiros com suas fumaças de epidemia e suas espingardas. Ficamos tristes, e sentimos a raiva do luto demasiadas vezes no passado. Às vezes até tememos que os brancos queiram acabar conosco. Porém, a despeito de tudo isso, depois de chorar muito e de pôr as cinzas de nossos mortos em esquecimento, podemos ainda viver felizes. Sabemos que os mortos vão se juntar aos fantasmas de nossos antepassados nas costas do céu, onde a caça é abundante e as festas não acabam. Por isso, apesar de todos esses lutos e prantos, nossos pensamentos acabam se acalmando. Somos capazes de caçar e de trabalhar de novo em nossas roças. Podemos recomeçar a viajar pela floresta e a fazer amizade com as pessoas de outras casas. Recomeçamos a rir com nossos filhos, a cantar em nossas festas reahu e a fazer dançar os nossos espíritos xapiri. Sabemos que eles permanecem ao nosso lado na floresta e continuam mantendo o céu no lugar” (Kopenawa & Albert, 2015, p.78-79).

Como reações esperadas frente a um desastre, podem ocorrer episódios de ansiedade, insônia ou até agravamento de quadros psicopatológicos progressivos, o que sugere a necessidade de mapear quem são as pessoas emocionalmente mais vulneráveis e com histórico de sofrimento psíquico (IASC, 2007). É importante ainda a atenção a casos de depressão, abuso de substâncias, em especial o álcool, e risco de suicídio. Estudos vêm demonstrando que mudanças nas condições socioambientais criadoras de obstáculos na relação ancestral com a Terra (tais como a maior frequência de secas ou inundações), além das questões fundiárias, associam-se ao aumento do abuso de substâncias, de níveis de ansiedade e depressão, comportamentos suicidas, além de tensionamentos nas relações interpessoais (Middleton et al., 2020).

Cada povo indígena possui procedimentos específicos que devem ser considerados e respeitados para lidar com o luto. Rituais e cerimônias compõem uma série de ritos de passagens que colocam em diálogo o mundo visível e invisível, simbolicamente codificado dentro de cada cosmogonia. Interromper ou não possibilitar a execução minimamente aceitável desses processos culturais-espirituais pode ser motivo de grande e pertinente sofrimento para a pessoa falecida, sua família e mesmo seu povo, a depender das crenças e acordos desse coletivo. Pode-se, não raro, ter que proceder com processos de luto, não por uma pessoa específica, mas pela própria terra afetada e destruída pelos fenômenos, visto que, como salientamos, na maior parte das vezes ela é considerada um ente vivo e uma extensão do corpo individual de cada sujeito. Os profissionais devem garantir, sempre que possível, a realização dos rituais específicos daquele povo, considerando ainda os processos de luto territorial e coletivo (Beltrão et al., 2015; Noal et al., 2024).

Tanto na formação de suas identidades enquanto sujeitos coletivos e individuais, quanto no embasamento de suas medicinas e demais ciências, assim como nos rituais e processos de elaboração frente ao luto e outros ritos de passagem, a espiritualidade é um elemento estruturante de grande parte dos povos originários (Lacerda, 2020; Noal et al., 2024). Nesse sentido, ela deve não apenas ser respeitada em sua integridade, como também valorizada e incentivada enquanto estratégia de apoio psicossocial. A espiritualidade é a chave pela qual aquele povo compreenderá e fará a elaboração do fenômeno que lhe acometeu. É especialmente importante, nesse caso, que profissionais de apoio não transponham a fé e as crenças dos povos indígenas, garantindo espaço para as mais distintas manifestações (Lacerda, 2020).

### **Recomendações gerais a gestores e profissionais da RAPS**

Diante das reflexões anteriormente apresentadas e, também, partindo de diálogos com autores e lideranças indígenas, além de vivências práticas já desenvolvidas nesses contextos, é

possível apresentar algumas recomendações gerais a gestores e profissionais da RAPS, visando à promoção do Bem-Viver em situações de desastres e ESP, a saber:

- No território, identificar o DSEI responsável e as CASAIs, para inseri-los na estratégia de Atenção Psicossocial e, adicionalmente, nos Planos de Contingência propostos pelos dispositivos de saúde vinculados ao SUS;
- Fazer um levantamento de fatores de proteção e de risco dos povos atingidos, com apoio de agentes de saúde indígena, profissionais do DSEI e lideranças comunitárias;
- Sempre que possível, identificar e buscar trabalhar em alinhamento às ações já desenvolvidas por organizações indígenas em cada território. É imprescindível que as organizações indígenas, assim como suas referidas lideranças, sejam partes centrais e protagonistas de qualquer estratégia a ser traçada durante e após o desastre;
- Construir estratégias pautadas na PNASPI, garantindo o acesso à mediação cultural e linguística;
- Assegurar o registro étnico nas fichas de triagem, bem como em outros registros que possam ser realizados sobre a população afetada;
- Analisar as particularidades culturais de indivíduos e comunidades afetadas, formulando as estratégias de apoio de modo compartilhado;
- Estruturar a ambiência do equipamento de saúde em conformidade às particularidades étnicas dos povos indígenas atendidos;
- Disponibilizar critérios especiais para acesso e acolhimento, com base nas particularidades de cada povo;
- Pautar-se na noção de integralidade da saúde, partindo do pressuposto de que o adoecimento socioemocional tende a ser agravado quando não há respeito, valorização e atenção a aspectos culturais;
- Considerar a temporalidade local ao traçar estratégias de resposta a um desastre. O período oficial de apoio na fase de resposta pode, eventualmente, ser demasiado curto, em se tratando de povos indígenas. Uma vez que os modos de viver indígenas estão atrelados à Terra, as estratégias de resposta devem considerar o tempo que a Terra pode prover novamente alimentos à coletividade;
- Fomentar rodas de conversa e grupos de escuta, a exemplo de:

- Propostas de acolhida, notadamente àqueles que vivenciam maior vulnerabilização e apresentam sofrimento prévio ao desastre;
  - Encontros de xamãs/pajés para salvaguarda, valorização e difusão de conhecimentos ancestrais/tradicionais;
  - Espaços que estimulam a troca de histórias e narrativas ancestrais, com diálogo intergeracional, valorização de vivências e práticas culturais (dança, canto, produção artesanal), buscando promover o senso de pertencimento dos jovens a seus coletivos;
  - Propostas de acolhida a trabalhadores, na perspectiva de apoio a cuidadores, incluindo as lideranças indígenas;
  - Processos de luto territorial e coletivo;
- Elaborar materiais informativos (ex., podcasts para circulação via *WhatsApp*, vídeos e cartilhas), sobre temas sensíveis às comunidades (i.e., a partir do mapeamento de fatores de proteção e de risco), com base em linguagem apropriada do ponto de vista cultural, preferencialmente com apoio de comunicadores locais, incluindo material bilíngue, observando a tradição oral dos povos indígenas;
- Fomentar ações de fortalecimento territorial, tais como:
- Resguardo, atenção e reestabelecimento de acesso a localidades (ex., rios e montanhas) consideradas sagradas pelas coletividades;
  - Projetos autogeridos voltados a ações coletivas (ex., roças comunitárias e horta medicinal) e de soberania alimentar;
  - Espaços promotores de Bem-Viver estruturais (equipamentos sociais, como malocas, xaponas, centros comunitários e escolas) e subjetivos (oferta de escuta);
- Incorporar os povos indígenas e seu saber tradicional na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de estratégias de RRD.

### **Considerações Finais**

O objetivo do presente estudo foi apresentar categorias centrais para uma abordagem adequada de apoio psicossocial a povos indígenas em situações de desastres e ESP. Em suma, discutiu-se que, para além da formulação de estratégias alinhadas às diretrizes evocadas nas políticas públicas frente aos eventos extremos, deve-se considerar também a atuação de profissionais que tenham sensibilidade e formação estabelecida na alteridade. Nessa perspectiva,

através da mínima compreensão existencial sobre os indivíduos e as comunidades afetadas, buscase garantir os princípios de universalidade, integralidade e equanimidade preconizados pelo SUS.

Nesse estudo teórico, realizou-se uma análise crítica sobre a literatura científica e técnica referente ao apoio psicossocial a povos indígenas em situações de desastres e ESP, com a seleção de estudos empíricos, relatos de experiência, legislações, referenciais teórico-técnicos e orientativos da prática profissional alinhados às políticas públicas vigentes no Brasil, em diálogo com produções de lideranças indígenas de renome internacional e, também, com vivências práticas da equipe de coautores junto a comunidades originárias e povos tradicionais, e/ou no contexto de eventos extremos. Nesse sentido, destaca-se a importância de pesquisas que investiguem empiricamente as repercussões psicossociais e o apoio ofertado a comunidades indígenas afetadas por desastres ou ESP, tanto na fase de resposta quanto de reconstrução pós-evento extremo, em diferentes espaços territoriais, inclusive nos centros urbanos. Entende-se que os achados provenientes desses estudos podem qualificar a formulação de ações e programas para promoção do Bem-Viver.

## REFERÊNCIAS

- Aleixo, E., Lima, A. D. S., & Aureliano, I. C. A. (2020). Mortes, invasões e garimpo em terras indígenas no estado de Roraima: Entre mobilizações étnicas e conflitos sociais. *Vukápanavo: Revista Terena*, 3, 13-36. [https://bc955768-e713-4766-a0b4-e5cc895bf453.filesusr.com/ugd/4ef2f7\\_7043ed7f171a44c3aa72e1307d88ff4f.pdf](https://bc955768-e713-4766-a0b4-e5cc895bf453.filesusr.com/ugd/4ef2f7_7043ed7f171a44c3aa72e1307d88ff4f.pdf)
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (2020). *Povos que perderam seus parentes*. [https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados\\_covid19/](https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/)
- Beltrão, J. F., Santos Lopes, R. C., Cunha, M. J. S., Nazaré Mastop-Lima, L., Domingues, W. C. L., & Tomé, T. P. F. (2015). Vida & morte entre povos indígenas. *Espaço Ameríndio*, 9(1), 206-206. <https://doi.org/10.22456/ea.v9i1.54951>
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)
- Castilho, M. W. V., & Castilho, E. W. V. (2023). O desafio da invisibilidade dos indígenas em contexto urbano. *Confluências*, 25(3), 120-140. <https://doi.org/10.22409/conflu.v25i3.59956>
- Conselho Federal de Psicologia. (2022). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) junto aos povos indígenas*. [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/07/crepop\\_indigenas\\_web.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/07/crepop_indigenas_web.pdf)

- Fundação Oswaldo Cruz. (2020). *Povos indígenas no contexto da COVID-19*.  
[https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilha\\_povos\\_indigenas.pdf](https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilha_povos_indigenas.pdf)
- Guimarães, D. S. (2022). A tarefa histórica da Psicologia Indígena diante dos 60 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1-14.  
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003263587>
- Ingold, T. (2019). *Sobre levar os outros a sério*. Editora Vozes.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (07 de agosto, 2023). *Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal*.  
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (10 de agosto, 2012). *Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas*.  
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14262-asi-censo-2010-populacao-indigena-e-de-8969-mil-tem-305-etnias-e-fala-274-idiomias>
- Inter-Agency Standing Committee. (2007). *IASC Guidelines on mental health and psychosocial support in emergency settings*. IASC. <https://interagencystandingcommittee.org/iasc-task-force-mental-health-and-psychosocial-support-emergency-settings/iasc-guidelines-mental-health-and-psychosocial-support-emergency-settings-2007>
- Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2020). *O amanhã não está à venda*. Companhia das Letras.
- Lacerda, L. F. (2020). *Ecologia integral, justiça socioambiental e bem viver*. Editora Leiria.  
<http://www.casaleiria.com.br/acervo/follmann/ecologiaintegral/v2/176/index.html>
- Lacerda, L., & Freitas, C. M. (2024). Justiça socioambiental para gestão integral de riscos de desastres. *Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea*, 22(55).  
<https://doi.org/10.12957/rep.2024.79890>
- Lambert, S. J., & Scott, J. C. (2019). International disaster risk reduction strategies and Indigenous Peoples. *The International Indigenous Policy Journal*, 10(2), 1-21.  
<https://doi.org/10.18584/iipj.2019.10.2.2>

- Langdon, E. J., & Wiik, F. B. (2010). Antropologia, saúde e doença: Uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 18, 459-466. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692010000300023>
- Middleton, J., Cunsolo, A., Jones-Bitton, A., Wright, C. J., & Harper, S. L. (2020). Indigenous mental health in a changing climate: A systematic scoping review of the global literature. *Environmental Research Letters*, 15(5), 053001. <https://doi.org/10.1088/1748-9326/ab68a9>
- Ministério da Saúde (2013). *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas*. [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacoes\\_campo.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf)
- Noal, D. S., & Rabelo, I. V. M. (2022). Desastres relacionados às mudanças climáticas e seus impactos na saúde mental. In Barcellos, C., Corvalán, C., & Silva, E. (Eds.), *Mudanças Climáticas e seus impactos na saúde mental* (pp. 117-134). Editora Fiocruz. <https://doi.org/10.7476/9786557081679>
- Noal, D. S., Lacerda, L. F. B., Medeiros, C. P., Santos, R. A., Cardoso, Y. C., Coelho, L. G., & Schmidt, B. (2024). Psicologias indígenas em desastres: Construção de linhas de cuidado ao Bem-Viver de povos originários. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 41, e230096. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202441e230096pt>
- Ramos, M. N. P. (2012). Comunicação em Saúde e Interculturalidade - Perspectivas Teóricas, Metodológicas e Práticas. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, 6(4), 1-19. <https://doi.org/10.3395/reciis.v6i4.742>
- Richmond, C., Elliott, S. J., Matthews, R., & Elliott, B. (2005). The political ecology of health: Perceptions of environment, economy, health and well-being among ‘Namgis First Nation. *Health & Place*, 11(4), 349-365. <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2004.04.003>
- Tuxá, I. (2022). Territorialidade e subjetividade: Um caminho de retomada do ser. In ABIPSI (Org.), *Pintando a psicologia de jenipapo e urucum: Narrativas de indígenas psicólogos(as) do Brasil*. (pp. 17-21). Editora Casa Leiria. <http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/olma/pintandoapsicologia/6/index.html>
- United Nations Educational Scientific and Cultural Organization [UNDRR]. (2023). *Disaster Risk Reduction*. <https://www.unesco.org/en/disaster-risk-reduction>
- United Nations. (2015). *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030*. <https://www.undrr.org/quick/11409>

### Dados dos autores:

- *Luiz Felipe Barboza Lacerda*: Psicólogo, Doutor em Ciências Sociais, pós-doutorando em Desastres e Emergências pela Escola de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP- Fiocruz), docente da Universidade Católica de Pernambuco, secretário executivo do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental (OLMA).
- *Camila Pinheiro Medeiros*: Doutora e mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- *Beatriz Schmidt*: Professora no Curso de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Pós-Doutorado e Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Psicóloga, Especialista em Saúde da Família e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- *Míriam Dantas de Almeida Tembé*: Doutoranda em Psicologia Saúde e Sociedade, Universidade Federal do Pará, (UFPA) Mestrado em Psicologia, Especialização em Saúde Mental Universidade Estadual do Pará UEPA, Graduação em psicologia pela Universidade da Amazônia.
- *Débora da Silva Noal*: Psicóloga, Pós-Doutora em Saúde Pública (FIOCRUZ-RJ), Doutora e Mestre em Processos do Desenvolvimento Humano e Saúde (UnB).
- *Kwarahy Tenetehar* Enfermeiro, liderança de movimento indígena.

---

### Declaração de Direito Autoral

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

---